

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL (CESSA) TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

LEVANTAMENTO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES DE SANEAMENTO RURAL NO BRASIL COM FOCO NO ABASTECIMENTO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

AUTORES:

Amanda Carolline CAVALCANTE. E-mail: amanddacarol@gmail.com
Dandara Jucá Kokay MARIANO. E-mail: dandararakokay@gmail.com
Flora Lyn de Albuquerque FUJIWARA. E-mail: florafujiwara@gmail.com
Lígia de França GUERREIRO. E-mail: ligia.engambiental@gmail.com
Raissa Maria Cometa Mota MORUZZI. E-mail: raissa.moruzzi@gmail.com
Paulo Sérgio SCALIZE (orientador). E-mail: pscalize.ufg@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os Planos de Saneamento Básico, nos níveis federal, estadual ou municipal, são extremamente importantes, pois pautam as metas e ações que devem ser contempladas nos Planos Plurianuais para se alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico. O objetivo do PPA é, portanto, planejar e organizar as ações da administração pública, criando metas e diretrizes para um arco temporal de quatro anos. Assim, é por meio do PPA que o Brasil determina as prioridades reconhecidas por seus governantes como de relevância para a sociedade⁽¹⁾.

O PPA é composto por programas formados por “um conjunto de ações orçamentárias (recursos não onerosos), estruturadas na forma de projetos, atividades e operações especiais e, por ações não-orçamentárias (recursos onerosos), que buscam alcançar um objetivo específico”⁽²⁾. Cabe ressaltar que os PPAs devem dialogar com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei de Orçamentos Anuais - LOA⁽³⁾.

Nesse sentido, os investimentos são uma parte fundamental da implementação e manutenção de programas voltados ao saneamento rural. Eles englobam todas as fontes e formas de alocação de recursos destinados a cobrir os custos econômicos dos serviços de saneamento básico. O aporte de recursos nas políticas públicas depende tanto do volume de recursos quanto da fonte disponível, sendo importante saber se os recursos são originários do orçamento federal, dentro da dotação orçamentária do respectivo órgão; se são destinados via emenda parlamentar ou, ainda, se devem ser captados por intermédio de financiamentos⁽⁴⁾.

OBJETIVOS

Identificar os programas e os recursos financeiros destinados ao saneamento rural voltadas ao abastecimento de água no Brasil, bem como distinguir os montantes empenhados e os efetivamente pagos às ações programadas em Planos Plurianuais.

MÉTODO

Coleta de dados orçamentários federais no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). Os dados sobre as políticas públicas foram segregados pela subfunção “Saneamento Rural”, entre os anos de 2008 e 2019, contendo as respectivas informações acerca do órgão orçamentário, ações do programa e valores pagos e empenhados.

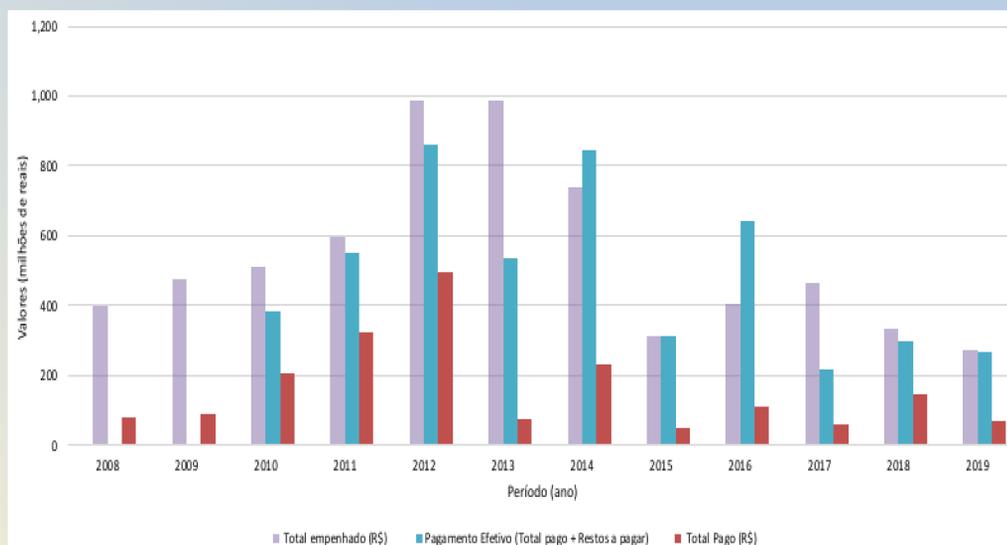
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para implementar os programas que compõem os referidos PPAs, diversos órgãos federais são mobilizados para garantir, dentro de suas competências, a aplicação das políticas públicas de saneamento. Durante o período analisado os ministérios envolvidos foram: Ministério da Saúde (MS), Ministério da Integração Nacional, atualmente denominado Ministério do Desenvolvimento Regional (MI, atual MDR) e o

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, atualmente Ministério da Cidadania (MDSA, atual MC). Dentro os órgãos orçamentários listados, os empenhos foram representaram respectivamente: 40%, 5%, 55%.

Dentre os montantes empenhados, pagos e efetivamente pagos (Gráfico 1), pode-se observar que os montantes empenhados foram crescentes entre os anos de 2008 e 2013, podendo estar esse resultado associado aos programas de acesso à água pela implantação de cisternas. A partir de 2014 observa-se uma queda nos empenhos, representando uma menor previsão de gastos na área de saneamento rural. Observou-se ainda que o total pago em todos os anos foi inferior ao total empenhado, de modo que há parcelas de restos a pagar que chegaram até a superar o total empenhado como nos anos de 2014 e 2016.

Gráfico 1: Valores empenhados e pagos pela União para Saneamento Rural entre 2008 e 2019



Fonte: Dados obtidos do SIOP, 2020 (Os valores de RAP referente aos anos de 2008 e 2009 não estavam disponíveis no SIOP até a conclusão do presente estudo.)

CONCLUSÃO

O presente estudo forneceu um panorama das políticas públicas direcionadas ao saneamento em comunidades rurais, no período de 2008 a 2019. Os dados obtidos partir dos PPAs mostraram que entre 2008 e 2013 os empenhos foram crescentes na área de abastecimento de água para saneamento rural. A partir de 2014 até 2019, os investimentos sofreram algumas oscilações, mas, em termos globais, a tendência foi de decréscimo.

Os valores empenhados pelo poder público mostraram-se discrepantes em relação aos valores pagos. Por outro lado os RAP pagos variaram entre 154 milhões de reais (2018) e 614 milhões de reais (2014), podendo estar associado a uma dificuldade do poder público em executar e liquidar as despesas empenhadas dentro do período de um ano. Dessa forma observa-se que apesar de haver a previsão do gasto na forma do empenho, há uma dificuldade da parte executora em de fato realizar o gasto, podendo haver problemas desde a elaboração do projeto, até o recebimento da obra ou serviço. Pode ainda haver uma dificuldade em realizar todas as etapas associadas a despesa pública dentro do período de um ano.

REFERÊNCIAS

(1) Borja PC. Políticas Públicas de Saneamento Básico: Uma Análise de Recentes Experiências Brasileiras. Saúde soc, jun 2014; 23(2):432-447.

(2) Brasil. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. Brasília-DF; 2014.

(3) Brasil. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB. Brasília-DF; 2014.

(4) Martins R. Programa de Acesso aos Recursos de Saneamento: Curso 1 – Regras Gerais para Acesso aos Recursos de Saneamento: Arcabouço Institucional e Normativo. ENAP, 2014.